

Mais Bancário

Não sofra!
As alergias têm tratamento



NINGUÉM ESTAVA À ESPERA, E AGORA?

Agora, muitas dúvidas se levantam mas estaremos à sua disposição, 24h por dia, para o apoiar.

* Não aplicável às taxas de cemitério, documentação, despesas de Igreja e serviço religioso.
* Preço inclui desconto para sócios do ACP.

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DO SINDICATO E FAMILIARES

Na contratação de um serviço funerário **DESCONTO 12,5 %**^{*1}

Na subscrição do Plano Funeral em Vida a **PARTIR DE 1.795€**^{*2}

Planear faz parte da vida.

Liberte a sua família de qualquer encargo ou preocupação.



Servilusa
AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

Sempre do seu lado

24h. > 800 204 222 ou www.servilusa.pt
in



JOÃO CARVALHO

MAIS Sindicato segue em frente

Mais um passo em frente na vida do MAIS Sindicato:

A não fusão dos Sindicatos da FEBASE impôs a realização de um Conselho Geral extraordinário do MAIS Sindicato, para redução de todos os Órgãos Sociais, justificada pela diminuição de bancários e concomitantemente pela implementação da digitalização.

O Conselho Geral, realizado no dia 13 de abril, no auditório Delmiro Carreira da UGT, teve como ponto único da Ordem de Trabalhos a apreciação da proposta da Direção e deliberação sobre a alteração parcial dos Estatutos, tendo sido aprovada por uma larga maioria: 88 votos a favor e 17 contra.

As alterações agora introduzidas e já entregues na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) para publicação, consistem na redução do número de eleitos, considerando a impraticabilidade dos atuais normativos, quer na metodologia da eleição, quer, sobretudo, na dinâmica interna do Mais Sindicato; na eliminação das Delegações Regionais, considerando que as mesmas foram introduzidas no modelo orgânico que pressupunha um único sindicato de âmbito nacional; na previsão da possibilidade de utilização de videoconferências na realização de reuniões de órgãos centrais; na eliminação de outras imperfeições funcionais e orgânicas que têm sido verificadas ao longo do tempo; no reforço das competências do Conselho Geral, dando assim seguimento ao compromisso assumido no Congresso.

Muito tem sido escrito nas redes sociais contra a Direção do Mais Sindicato, eleita Democraticamente pelos Sócios em 2019, cujo mandato termina em 2023. Pedidos de demissão, acusações maliciosas, mentirosas e, até, difamação de alguns dos membros dos Órgãos Sociais, sempre pelas mesmas pessoas ávidas de poder, contra este Grande Sindicato que é de todos os Sócios. Mais uma vez, a decisão do Conselho Geral, congregando uma grande maioria, calou com bom-senso esses detratores da desgraça, arrasando os seus ímpetos falsos, insinuidores e maldosos.

Desafio qualquer um a fazer prova contrária ao que aqui afirmo. Temos direito ao nosso bom nome e à nossa idoneidade enquanto colegas, bancários e dirigentes sérios e honestos. Venham as sindicâncias, auditorias, abaixo-assinados, etc.

O nosso SAMS continua a prestar um excelente serviço aos Bancários, familiares e demais utentes, a entidades protocoladas e, ainda, a um número considerável de doentes oriundos de sete hospitais públicos, dentro do rigoroso cumprimento dos protocolos existentes. Começa a haver uma certa desaceleração da chamada curva dos resultados pandémicos, com o contributo da dedicação e sacrifício dos nossos profissionais de saúde. Em breve e paulatinamente vai continuar-se a abrir ao sábado o Centro Clínico, nomeadamente a Estomatologia.

Brevemente irá realizar-se novo Conselho Geral, para aprovação das contas do Mais Sindicato, com o alargamento legal dos prazos.

Moratórias: haverá um balão de oxigénio ou será um balde de água fria?

De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, em janeiro de 2021 existiam cerca de 470 mil devedores, dos quais 54 mil eram sociedades não financeiras, responsáveis por 24 mil milhões de euros de dívida. Para que estas medidas não sejam um balão de água fria é necessário procurar uma solução que, por um lado, acelere a retoma, e que, por outro, permita às empresas a sua sobrevivência até à verdadeira recuperação económica. Ficaremos atentos. ▀



8

Sindical

Conselheiros aprovam alteração estatutária

12

Entrevista

António Ramos e João Ferreira
Coordenadores do Pelouro
dos Tempos Livres



23

SAMS

Joaquim Quiroga é o novo
diretor adjunto do Departamento
de Cirurgia

Sindical

Prémio de antiguidade: MAIS vai recorrer da sentença | 5
MAIS sempre presente no apoio aos trabalhadores
do BST | 6

Conselheiros aprovam alteração estatutária | 8

Entrevista

António Ramos e João Ferreira

"Queremos retomar as atividades depois do verão" | 12

"As nossas instalações são seguras" | 15

Juventude

O caminho do auconhecimento | 17

Questões Jurídicas

Teletrabalho: a regra e não a exceção? | 18

Tempos Livres

Centro de Férias já reabriu! | 28

SAMS

Joaquim Quiroga é o novo diretor adjunto do Departamento de
Cirurgia | 23

Aumentar a atividade | 24

Manuel Barbosa: As alergias podem ser tratadas | 25

Serviço de Imunoalergologia é fundamental | 25

Visto de Fora

Covid-19: uma história bicéfala no setor dos serviços | 29

A Imaginação é o Limite | 33

Passatempos | 34

Tempos Livres

Centro de Férias já reabriu!

28



Propriedade: Mais Sindicato - NIF 500 825 556

Correio eletrónico: direccao@mais.pt

Diretor: António Fonseca

Diretor-adjunto: João Carvalho

Conselho editorial: António Fonseca, Cristina Trony,

João Carvalho e Vânia Ferreira

Editor: Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:

Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: maisbancario@mais.pt

Grafismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e érre, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º- Dto. | 2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 35.899 exemplares (4.399 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

<https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/>

[Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx](https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserta no Mais Bancário
é da total responsabilidade dos anunciantes



Prémio de antiguidade: **MAIS vai recorrer da sentença**

O Tribunal do Trabalho de Lisboa decidiu a favor dos bancos na forma de contagem do tempo para o pagamento do prémio, mas o MAIS vai recorrer da sentença – até porque o Tribunal da Relação de Lisboa anteriormente aceitou a tese do Sindicato, criando um precedente jurisprudencial que será invocado

O Mais Sindicato foi notificado pelo Tribunal do Trabalho de Lisboa da sentença relativa a ação de interpretação da cláusula relativa ao prémio da antiguidade, interposta pelo Banco Santander Totta e que tem o Mais Sindicato, a Febase e o SBC, entre outros, como contrapartes.

Considerou o Tribunal de Trabalho de Lisboa, em Primeira Instância, que o prémio de antiguidade vencido com a entrada em vigor do atual ACT deve ser pago proporcionalmente por cada período, ou seja, sobre o número de anos de cada um dos períodos,

não dando, assim, razão ao que os Sindicatos têm vindo a defender.

Diferendo

Recorde-se que em tribunal o MAIS manteve a posição que sempre perfilhou: o prémio de antiguidade, que constava do ACT substituído pelo de 2016, deve ser pago tendo em conta todos os anos de serviço prestados e não, como têm entendido os Bancos, na proporção pelos anos prestados por cada período. Assim, a disposição da cláusula 121.^a do ACT em vigor deve ser interpretada no sentido de que os anos relevantes – para o

pagamento do prémio dos 15 anos, dos 25 anos e dos 30 anos – são a totalidade de anos decorridos desde a admissão, por trabalhador, na entidade patronal outorgante do acordo, até ao número de anos de efetivo e bom serviço prestados à data da entrada em vigor do referido ACT, respeitando-se, assim, a proporção direta de $x/15$, $x/25$, $x/30$.

Precedente

O MAIS relembra que esta tese mereceu o acolhimento do Tribunal da Relação de Lisboa, tendo, curiosamente, também aí o Tribunal de Primeira Instância decidido em sentido contrário, em ação movida pelos serviços jurídicos, em representação de um sócio, pelo que oportunamente o Sindicato recorrerá da presente sentença, invocando esse precedente jurisprudencial – que, na opinião sindical, não merece qualquer reparo. 

Os trabalhadores do Banco Santander Totta (BST) não precisam de ações ruidosas e inflamadas. Do que precisam, sim, é de quem esteja ao seu lado, a defender os seus interesses. Como o Mais Sindicato tem feito

MAIS sempre presente

no apoio aos tra

INÊS F. NETO

Desde o início do processo de rescisões por mútuo acordo (RMA) no BST, em outubro de 2020, até este momento, o Mais Sindicato tem estado ao lado dos trabalhadores, prestando-lhes todo o apoio necessário. Sem barulho, mas com ações.

Quando o BST iniciou as propostas de RMA a dezenas de trabalhadores, o MAIS de imediato confrontou o banco, atendendo ao facto de este ultrapassar em muito o habitual plano anual e não deixar espaço para reformas antecipadas.

Para apoio aos sócios alvo de contactos pelos gestores de recursos humanos do banco, o Sindicato criou a linha SOS Laboral, através da qual dirigentes sindicais e advogados ficaram desde logo disponíveis para acompanhar e esclarecer todos os sócios – e foram dezenas os que procuraram o MAIS, garantindo todo o apoio na tomada de decisões.

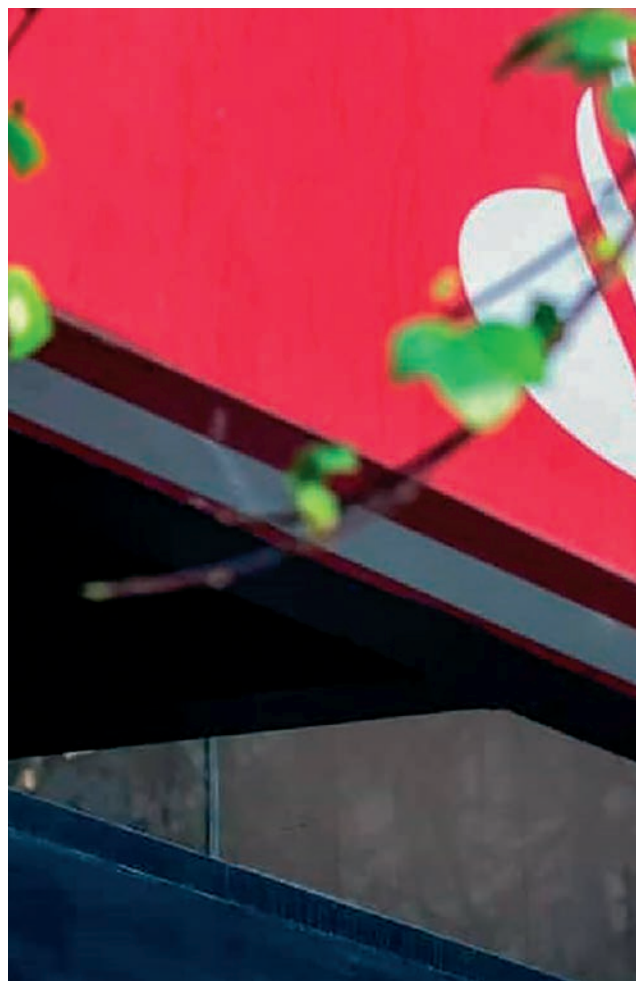
Preocupado em assegurar o melhor para os que optassem por aceitar a RMA, garantiu aos seus beneficiários do SAMS a continuidade deste benefício após a saída do banco.

Garantir a reforma

Ao longo de várias reuniões com o banco, o Sindicato reclamou e denunciou todas as situações de pressão e ameaças que lhe foram sendo reportadas.

O MAIS pediu ao banco que não enveredasse pelas propostas de RMA, caminho que só deve ser seguido quando pretendido pelo trabalhador.

Sempre defendeu que o BST privilegiasse acordos de reforma com aqueles que tivessem mais de 55 anos – batalhou por isso e conseguiu: já este ano, o banco aceitou esta pretensão do MAIS e iniciou contactos com todos cuja idade era elegível propondo-lhes acordos de reforma. Diariamente, o Sindicato continuou – e continua – a analisar a documentação enviada pelos sócios que





balhadores do BST

pretendem aceitar as propostas de reforma mas querem garantir que não serão prejudicados.

E o MAIS, sempre que deteta qualquer tipo de erro ou omissão, falhas ou indefinições, imediatamente contacta o banco, exigindo a correção da situação e mantendo pressão até que esteja resolvida.

Contra as pressões

Para os que não aceitam qualquer tipo de acordo proposto, o MAIS tem reclamado ao banco a atribuição de funções. Há muito trabalho para realizar e deve ser distribuído de forma a não sobrecarregar alguns, enquanto se pretende a saída de outros. O Sindicato não aceita que sob ameaça alguém fique sem funções. Da mesma forma, tem denunciado todos os que, em discursos camuflados, intimidam os trabalhadores, dizendo-lhes que se não aceitarem a RMA poderão vir a ser alvo de despedimento coletivo – o Sindicato sabe, e o banco também, que tal via é inadmissível.

Sem oportunismos

O Mais Sindicato tem uma postura séria e a sua única preocupação é defender os associados.

Ao contrário de outros, não envereda pela via do conflito nem da maledicência nas redes sociais. Esse tipo de comportamento, dinamizado por um grupo cujos objetivos são oportunistas, não ajuda os trabalhadores, mas faz política onde ela não tem lugar.

O Mais Sindicato continuará o seu trabalho diário: ouvir os sócios para intervir e reclamar ao banco tudo o que for necessário para protegê-los, exigindo que sejam tratados com dignidade e reconhecidos pelo que deram ao banco.

O objetivo é ajudar os trabalhadores. E o Sindicato tem-no conseguido dialogando com o banco e atingindo o objetivo de cada um.

Mas que ninguém se iluda: o MAIS continuará a não admitir ameaças e pressões, a denunciar e a intervir a favor daqueles que representa. ■

Para corresponder à decisão dos restantes sindicatos bancários da Febase de não se fundirem no Mais Sindicato, bem como à alteração do funcionamento das instituições devido à pandemia de Covid-19, a Direção do MAIS apresentou uma proposta de alteração parcial dos Estatutos que mereceu a aprovação de uma larga maioria dos conselheiros

Conselheiros aprovam alteração estatutária



PEDRO GABRIEL

O Conselho Geral do Mais Sindicato teve lugar no dia 13 de abril, no auditório Delmiro Carreira da UGT. Como ponto único da Ordem de Trabalhos esteve a apreciação e deliberação sobre a alteração parcial dos Estatutos, uma proposta apresentada pela Direção.

A mesma foi aprovada por uma larga maioria, com 88 votos a favor e 17 contra. Duas pessoas presentes na sala optaram por não votar. Ao todo estiveram inscritos 107 conselheiros.

Antes do início da discussão, a presidente da MAG, Paula Viseu, fez um apelo para que a reunião se desenrolasse

com “a maior educação possível” e que todos fizessem uso do bom senso dentro do auditório.

Retrocesso

A Direção tomou a palavra através do seu presidente, que deu as devidas explicações sobre a proposta de alteração estatutária.

António Fonseca começou por dizer que o projeto sofreu um revés numa primeira fase quando se deu o afastamento do SBN, mas que o percurso continuou a ser feito com os restantes sindicatos da Febase. “O SBSI foi o sindicato que mais se expôs, mudámos de nome, alterámos os nossos Estatutos para fazer a fusão de outros sindicatos. Mas como era possível continuar um projeto se os sindicatos dos bancários não estavam interessados?”.



“ A proposta que fazemos é uma proposta de alteração de Estatutos para nos adaptarmos à realidade de o Sindicato continuar sozinho neste percurso, como sempre fizemos até aqui. Mudámos de nome, alterámos os âmbitos geográfico e profissional. ”

No entanto, António Fonseca acredita que esta continua a ser uma opção. “Continuarei a tentar encontrar formas de um dia se conseguir reunir este consenso. Não foi por culpa nossa, investiu-se nesta situação, mas como é



lógico fomos alheios a que esta fusão não acontecesse e colocámo-nos em situações que temos agora de resolver”.

Adaptação

Face a uns Estatutos preparados para a fusão, o presidente do MAIS explicou que só havia um caminho: “A proposta que fazemos é uma proposta de alteração de Estatutos para nos adaptarmos à realidade de o Sindicato continuar sozinho neste percurso, como sempre fizemos até aqui. Mudámos de nome, alterámos os âmbitos geográfico e profissional. A nossa proposta passa pela continuidade destes três âmbitos, mas tivemos de ajustar algumas situações”.

Para a Direção, o número de elementos dos Corpos Gerentes, que estava definido tendo em conta a fusão dos sindicatos, já não se justifica. Também o número de sócios foi decisivo para este pedido. “O número de diretores tem de se ajustar à realidade dos sócios”, referiu. António Fonseca explicou que a eleição das Comissões Disciplinar e Fiscalizadora de Contas, dos 11 elementos do



Mónica Gomes foi uma das conselheiras a intervir.

Conselho Geral (CG) e dos conselheiros da Febase passará a ser feita pelo CG. “Passar todas estas eleições para a Assembleia Geral seria algo de impensável”. A criação ou extinção de Secções Sindicais passaram a ser da competência do CG e não da Direção e o prazo para o envio da convocatória ao CG foi alargado, sendo agora de 20 dias em vez de 15. O prazo para a apresentação das contas também foi alterado sendo agora até 31 de maio. De referir ainda a menção da declaração de voto, que passa a ser obrigatório entregar no próprio dia, e a redução dos elementos da MAG, da Direção, das Comissões Disciplinar e Fiscalizadora de Contas e dos membros do CG.

Online

Decorrente da situação epidemiológica ainda vivida em Portugal, houve necessidade de adaptar os Estatutos, que

“

Decorrente da situação epidemiológica ainda vivida em Portugal, houve necessidade de adaptar os Estatutos, que preveem agora a realização de conselhos gerais através de videoconferência.

”



O conselheiro Paulo Silva também abordou o ponto da Ordem de Trabalhos.

preveem agora a realização de conselhos gerais através de videoconferência. “Temos de nos adaptar à realidade. O que estamos a fazer aqui hoje [Conselho Geral] é permitido por lei, mas há algum risco em fazê-lo. Alguns colegas não estão cá por causa desta situação”, referiu António Fonseca.

O presidente do MAIS deu conta de mais uma alteração relativamente aos Órgãos Sociais, cujo cargo é agora incompatível com a função de deputado à Assembleia da República.



Nuno Valente, do Secretariado Sindical de Empresa do Novo Banco.

A terminar, António Fonseca explicou que as eleições continuarão a estar marcadas para 2023, uma vez que a fusão de sindicatos não avançará – o que deixa cair por terra a necessidade de eleições antecipadas.

Resumo

Em suma, a proposta da Direção previa as seguintes alterações, entretanto votadas favoravelmente:

a) Redução do número de eleitos, considerando a impraticabilidade dos atuais normativos, quer na metodologia da eleição, quer, sobretudo, na dinâmica interna do Mais Sindicato;



O conselhoheiro Marco Oliveira durante a sua intervenção.



Vitor António colocou algumas perguntas à Direção.

- b) Eliminação das Delegações Regionais, considerando que as mesmas foram introduzidas no modelo orgânico que pressupunha um único sindicato de âmbito nacional;
- c) Previsão da possibilidade de utilização de videoconferências na realização de reuniões de órgãos centrais;
- d) Eliminação de outras imperfeições funcionais e orgânicas que têm, ao longo do tempo, sido verificadas;
- e) Reforço das competências do Conselho Geral, dando seguimento ao compromisso assumido no Congresso. 

Dúvidas **esclarecidas**



A alteração estatutária proposta suscitou o pedido de intervenção de 21 conselhoheiros, que aproveitaram os dez minutos concedidos para questionarem a Direção ou simplesmente demonstrarem o seu apoio ou não à alteração dos Estatutos.

António Fonseca fez questão de esclarecer todas as dúvidas que pudessem restar por parte dos conselhoheiros, uma posição também adotada por outros membros da Direção, como o vice-presidente João Carvalho, Humberto Cabral e João Ferreira.

A photograph of a person sitting on a stone wall in a wooded area. The person is wearing light-colored trousers and dark shoes. The ground is covered with dry leaves and twigs. The background is filled with dense green foliage and trees. A large white quote is overlaid on the left side of the image.

“Queremos retomar as atividades depois do verão”

PEDRO GABRIEL

Os Tempos Livres constituem uma vertente muito importante na vida do Mais Sindicato, proporcionando aos sócios várias experiências, que vão desde a prática de atividades desportivas às iniciativas de âmbito cultural fomentando, desta forma, o bem-estar físico e emocional.

Ao problema da falta de admissões na banca e da consequente redução do número de associados juntou-se um bem mais grave. A pandemia cancelou todas as atividades do Pelouro, mas nem por isso António Ramos e João Ferreira baixaram os braços. Na esperança de dias melhores, os dois coordenadores já preparam a retoma das atividades, assegurando aos sócios que o Sindicato tudo fará para que se sintam seguros quando for tempo de regressar

entrevista

António Ramos e João Ferreira





P – Como estavam as atividades do Pelouro antes da pandemia? Havia muita adesão?

R – As atividades decorriam com normalidade, com forte adesão, com mais incidência no futsal, nas pescas e no bowling. Ao nível da cultura, os “Convívio com Arte” esgotavam e o grupo coral funcionava normalmente. As viagens registavam boa procura, assim como os apartamentos que o Sindicato disponibiliza no Algarve. Já no Centro de Férias e Formação de Ferreira do Zêzere a procura continuava em baixa. Mas a adesão tem tendência a diminuir porque as pessoas mais antigas vão indo embora.

P – Os sócios mais velhos aderiam com mais facilidade? Por que os jovens são tão difíceis de cativar?

R – De facto, os sócios mais antigos aderem mais, sobretudo porque têm mais tempo livre. Os jovens acabam por estar mais ocupados com a família, têm outros divertimentos, e os que têm filhos optam por passar o tempo a acompanhá-los nas suas atividades desportivas ou de lazer. Esta situação muitas vezes condiciona a participação em desportos coletivos.

P – E também devido às poucas admissões na banca...

R – Sim, esse é o grande problema que o Sindicato enfrenta, porque cada vez temos menos bancários, mais pessoas a saírem e as atividades vão sendo menos participadas.

Abrangência

P – Existe a ideia de os Tempos Livres serem mais direcionados para os sócios reformados. É assim?

R – Temos procurado adequar a oferta de atividades e serviços aos anseios dos sócios, por isso discordamos dessa ideia. Estamos cientes de a maioria da população de associados ser de sócios reformados, muitas das atividades são direcionadas para esta faixa etária, porém temos atividades para os filhos dos sócios, para jovens e para menos jovens. Tentamos sempre abranger todas as gerações. Mas existe, claro, o tal problema da falta de entrada de pessoal na banca, todos os dias fecham balcões, e isso afasta os bancários.

P – Como combater isso?

R – Inovando nas atividades e procurando cativar novos participantes. No desporto estamos a programar o lançamento de novas modalidades e, em atividades específicas, o Sindicato irá aderir a iniciativas já existentes, uma vez que não terá, a curto prazo, um número suficiente de desportistas nessas modalidades.

Na cultura procuraremos desenvolver novas atividades, de muito curta, curta ou média duração, que proporcionarão aos sócios novas experiências e sensações. A articulação com a Comissão de Juventude e com o GRAM, assim como com todos os Secretariados Sindicais de Empresa e Regionais, é fundamental para aumentar a participação e adequar a oferta.

P – Os sócios pedem a realização de atividades específicas?

R – Há uma interação muito estreita entre o Sindicato e os sócios. Há inúmeros pedidos para a realização de novas modalidades e de novas iniciativas. Existem, porém, alguns obstáculos, sobretudo na dimensão mínima para que determinadas atividades possam funcionar, a logística e por vezes também a componente geográfica dificultam a concretização de iniciativas.

Tivemos a ideia de criar a prova de footgolfe mas depois, por causa da pandemia, não houve condições. Mas é um plano que continuamos a ter. O principal objetivo do Pelouro é realmente colocar à disposição dos sócios atividades em que eles participem e que satisfaçam a sua vontade.

Esperança

P – Como é que a pandemia afetou o funcionamento do Pelouro?

R – Afetou gravemente, porque suspendemos todas as atividades. Falamos de atividades onde há encontros, festejos, há sempre contacto. Se as imposições governamentais e das autoridades de saúde fizeram parar o desporto e a cultura, também a nível do lazer ficou reduzida e condicionada a oferta no Centro de Férias, no Parque de Campismo e nos apartamentos no Algarve. As colónias de férias e o curso de língua inglesa em Inglaterra foram cancelados. Ainda bem que o fizemos, porque esta é uma situação muito séria, o Sindicato quis ter esta postura de prevenção.

P – Notou-se o receio das pessoas em se inscreverem?

R – Sentiu-se mais na vertente do lazer, ou seja, nas inscrições para viagens, apartamentos e em Ferreira do Zêzere. A nível desportivo e no grupo coral houve uma grande ansiedade para que se retomasse a participação.

P – Há possibilidade de algumas atividades poderem ser retomadas no imediato?

R – Decidimos que antes do verão, em princípio, não retomávamos. As modalidades desportivas individuais outdoor serão as primeiras a serem retomadas. O futsal, bowling, snooker, xadrez e king retomarão assim que as autoridades de saúde o permitam. Enquanto não tivermos uma percentagem grande de vacinação não temos condições para realizar atividades antes do verão.

P – O mesmo acontece com os encontros corais...

R – Ainda não há previsão para a retoma do grupo coral e dos encontros de coros, pois são atividades desenvolvidas em espaços fechados e têm de ser feitas sem máscara, sendo que é um risco elevado de exposição ao vírus.

P – As colónias de férias vão continuar a realizar-se?

R – Tínhamos muitas atividades de colónias de férias. Ultimamente, com a diminuição do número de filhos dos bancários, começou a haver uma redução muito grande de participação. Nos últimos anos optámos por fazer em conjunto com outras entidades. Conforme for a adesão vamos ajustando a nossa participação.

P – A pandemia levou inclusive ao cancelamento da Revista de Férias. Há novidades nesse campo??

R – A revista dos Tempos Livres serve sobretudo para informar da oferta de serviços e constitui um importante meio de divulgação. Tendo a maioria desses serviços suspensos não fazia qualquer sentido a revista ser publicada. Mas já foi publicada uma versão apenas em formato digital e que será atualizada à medida que as atividades/serviços possam ser utilizadas. A pandemia e os consecutivos estados de emergência decretados provocaram períodos longos de confinamento onde as deslocações e os contactos pessoais foram restritos.. 

“As nossas instalações **são seguras**”



Apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia, António Ramos e João Ferreira garantem que o Centro de Férias e o Parque de Campismo possuem todas as condições de segurança para que os sócios se sintam perfeitamente à vontade e usufruam de uns merecidos dias de descanso.

Além destas duas instalações, a aposta também passa pelo aluguer de apartamentos no Algarve

P – A realização de atividades está em grande parte dependente de fatores alheios ao Sindicato, como a evolução da pandemia e uma maior abertura do tráfego aéreo. Como é que o Pelouro pode preparar o retomar das atividades?

R – Estamos a pensar relançar as atividades depois do verão, fazermos as finais que ainda faltam. Esperamos que com a vacinação até ao verão possamos entrar numa atividade mais normal. A prioridade é ir retomando tudo o que

for possível. O Sindicato já concluiu o processo do aluguer de apartamentos no Algarve. Com a abertura dos museus também esperamos retomar os “Convívio com Arte”. As viagens de lazer ao estrangeiro serão, muito provavelmente, substituídas por viagens nacionais.

P – Não há condições para essas viagens ao estrangeiro, como tem sido feito até aqui?



R – Há muitos países que estão numa situação complicada e não sabemos se terão restrições ou mesmo condições sanitárias que configurem segurança. A curto prazo passará pelo turismo interno, com passeios e experiências temáticas, evitando assim aeroportos e locais onde o risco de contágio é elevado. Portugal é um país de turismo por excelência, temos muitos lugares bonitos para serem vistos que os nossos sócios e familiares poderão descobrir e usufruir, com qualidade e segurança. Obviamente que muito ansiamos a normalidade, com a possibilidade de poder proporcionar aos nossos associados e familiares a descoberta de outros recantos do mundo.

Ir para fora cá dentro

P – Nesse lote podemos incluir o Centro de Férias e o Parque de Campismo. A pandemia também afetou o seu funcionamento?

R – No Centro de Férias e Formação de Ferreira do Zêzere a procura, durante a pandemia, foi fraca. Esperamos que com a retoma progressiva da normalidade a procura cresça. O Parque de Campismo, apesar de todas as condicionantes, tem tido bastante procura.

Veja com os seus próprios olhos

O Parque de Campismo e o Centro de Férias estão prontos para recebê-lo. Marque já uns dias de merecido descanso.

Centro de Férias:

centroferias.formacao@mais.pt;
Tlf.: 249 360 200.

Parque de Campismo:

parque.campismo@mais.pt; Tlf.: 289 700 300.

Para mais informações consulte o sítio do Mais Sindicato em <http://www.mais.pt/>.

Os sócios que pretendam receber a Revista Tempos Livres em papel podem solicitá-la à secção Administrativa: administrativa@mais.pt

No inverno temos quase tanta gente como no verão, porque os estrangeiros do Norte da Europa vêm passar parte do inverno ao Parque de Campismo. Este ano não foi o caso, devido à situação pandémica. O próprio Governo proibiu a estadia nos parques de campismo e então só as pessoas que tinham residência dentro do Parque puderam ficar. Mas esperamos que no verão a situação melhore e tenhamos uma ocupação normal.

P – Apostando no turismo interno essas instalações ganham uma relevância maior?

R – O Parque de Campismo é um lugar de eleição, tanto por parte dos nossos sócios como de utentes privados. Está implementado numa área de 10 hectares, está equipado com residenciais, piscinas, courts de ténis, campo desportivo, restaurantes, minimercado e salas de convívio, e já conta com o selo *Clean & Safe*. Já o Centro de Férias também é ótimo para descansar e como é um pouco isolado é bom para não haver muito contacto entre as pessoas.

Tanto o Parque de Campismo como o Centro de Férias beneficiam de excelente localização, com paisagens deslumbrantes, temperadas por um clima moderado. Em ambas são reforçadas constantemente as medidas de limpeza e desinfeção, a garantia de utilização de equipamentos de proteção individual e o distanciamento social necessário.

Estas são mais duas excelentes opções para os nossos sócios passarem as suas férias ou fazerem uma escapadinha.

P – O Sindicato costuma ter apartamentos para alugar no Algarve. Essa oferta vai continuar?

R – A partir deste mês já estão disponíveis para os nossos sócios e familiares 13 apartamentos no Algarve. Este ano alterámos substancialmente a oferta que até aqui era feita. Embora se tenha reduzido o número de apartamentos, principalmente pela procura mais reduzida no ano passado e pelo facto de ainda não estar controlada a situação pandémica, o Sindicato optou por alargar a oferta a praticamente toda a costa algarvia. As novidades são Albufeira, Porches e Tavira e mantivemos apartamentos em Monte Gordo, Manta Rota e Armação de Pera. ■

A Comissão de Juventude do Mais Sindicato organizou o workshop “A importância do autoconhecimento no desenvolvimento pessoal e profissional”, que reuniu jovens bancários à conversa com Maria João Tarouca, coach pessoal especialista em Desenvolvimento Humano

PEDRO GABRIEL



O caminho do autoconhecimento

Foram vários os jovens bancários sócios do Mais Sindicato que dedicaram grande parte da tarde de sábado, dia 17, a participarem no workshop, que contou também com os membros da Comissão de Juventude, Tânia Maltez, Luís Roque e João Gomes.

Foi precisamente um dos membros, Luís Roque, a dar o pontapé de saída afirmando que este encontro deu continuidade ao projeto das “Conversas com Jovens”, cujo principal objetivo passa pela aprendizagem e divertimento em simultâneo.

Componente prática

Na opinião de Maria João Tarouca, “uma parte integrante do desenvolvimento pessoal e profissional é o autoconhecimento”. A especialista explicou que todos

Uma das perguntas foi: “Se não tivesses de trabalhar nunca mais na vida, como é que escolherias ocupar o teu tempo?”. Munidos de papel e caneta, os jovens escreveram as suas ideias e tiveram oportunidade de explicá-las.



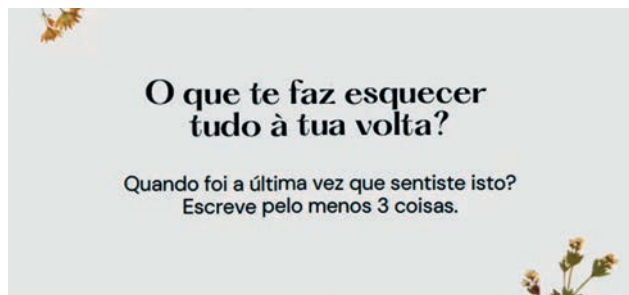
O conceito Ikigai

Ikigai

O Ikigai é um conceito japonês que envolve várias áreas e está relacionado ao propósito de vida associado ao trabalho e se o mesmo nos realiza. (ver imagem acima)

“Trabalhar numa área em que gosto muito vai ajudar-me a sentir mais realizada profissionalmente”, explicou. No final, Maria João Tarouca pediu a cada um dos participantes que classificassem o workshop com uma palavra. Tânia Maltez, coordenadora da Comissão da Juventude, escolheu a palavra “foco”. “Esta partilha permitiu-nos ganhar novamente o foco naquilo que efetivamente queremos fazer, mas que com o dia-a-dia não conseguimos”.

Inicialmente previsto para duas horas, o workshop acabou por se entender, o que atesta o seu sucesso junto dos jovens bancários. ▶



Uma das perguntas colocadas por Maria João Tarouca aos jovens

devemos perceber o que queremos e, no caso de não estarmos felizes, percebermos o que está a levar a tal. “É uma das chaves. Começa tudo por sabermos quem somos, o que gostamos e o que é importante para nós”. Sendo um workshop, Maria João Tarouca colocou alguns exercícios práticos aos intervenientes em forma de questões.

Descontração a abrir

Na abertura do workshop, João Gomes lançou um desafio aos jovens para que participassem num pequeno jogo que consistia em encontrar em casa objetos que o elemento da Comissão de Juventude ia dizendo. Para além de colocar os participantes à vontade para o resto da tarde também valeu aos vencedores um voucher para usarem no Parque de Campismo ou no Centro de Férias de Ferreira do Zêzere.

Teletrabalho: a regra e não a exceção?

Nas alterações legais que se vão sucedendo em Portugal constata-se a consagração do teletrabalho como opção do legislador mais ou menos duradoura no tempo

JOANA ALCÂNTARA E JOÃO ESCARDUÇA*

Num momento em que já passou mais de um ano sobre a declaração da OMS de que o mundo oficialmente estava a ser assolado por uma pandemia de Covid-19 e em que continuamos a assistir, um pouco por todo o planeta – incluindo nos países europeus de maior população – a novas vagas de disseminação, contaminação e infeção do vírus SARS-CoV-2 de cada vez que os efeitos das medidas de desconfinamento se vão fazendo sentir, as preocupações, dúvidas e incertezas vão-se instalando e aumentando.

Se, por um lado, se aguarda que os efeitos da vacinação e da imunidade de grupo se façam sentir e permitam o regresso à normalidade, por outro cresce a convicção de que, independentemente do controlo e eventual eliminação deste vírus, a “velha normalidade” não mais regressará e que algumas das medidas, mudanças e adaptações efetuadas no âmbito do combate e da prevenção da pandemia não mais deixarão de fazer parte do nosso quotidiano.

Difícilmente voltaremos a ver meios de transporte público sem passageiros a usar máscaras ou participaremos

em reuniões multitudinárias em espaços fechados sem cumprimento das regras de distanciamento social e até as regras de etiqueta social, na forma como nos saudamos e cumprimentamos, não voltarão a ser o que eram.

Mudança de paradigma**

O teletrabalho e a mudança de paradigma no seio das relações laborais são outro exemplo de como as mudanças e alterações que efetuámos em contexto pandémico dificilmente serão revertidas.

O caminho até aqui trilhado já terá permitido que governos, estruturas representativas de trabalhadores e empregadores se tenham organizado, refletido e estudado profundamente esta questão, para que em breve a realidade do teletrabalho, no domínio das relações laborais, num futuro não muito distante, passe a ser a regra e não a exceção.

Em Portugal estão a ser dados passos neste sentido e, à medida que o tempo vai decorrendo e as alterações legais se vão sucedendo, cada vez mais podemos constatar a





consagração deste caminho como opção do legislador mais ou menos duradoura no tempo, como se pode perceber através da leitura do regime legal atualmente vigente no nosso país.

Medidas

Foi publicado no dia 30 de março o Decreto-Lei n.º 25-A/2021 que estende a obrigatoriedade do teletrabalho até ao final do ano, embora de acordo com o regime geral que estava em vigor antes do atual confinamento. O diploma estabelece ainda que, nos locais de trabalho com 50 ou mais trabalhadores, e apenas nos concelhos onde há maior risco de propagação da Covid-19 (a definir mediante resolução do Conselho de Ministros), manter-se-ão – mesmo após o fim do estado de emergência – as seguintes medidas:

1 – Obrigatoriedade da adoção do regime de teletrabalho sempre que as funções em causa o permitam e o trabalhador disponha de condições para exercê-las, sem necessidade de acordo escrito entre o empregador e o trabalhador;

- 2 – Excecionalmente, quando entenda não estarem reunidas as condições referidas, o empregador deve comunicar ao trabalhador, fundamentadamente e por escrito, a sua decisão, competindo-lhe demonstrar que as funções em causa não são compatíveis com o regime do teletrabalho ou a falta de condições técnicas adequadas para a sua implementação;
- 3 – Nos casos em que não seja possível a adoção do teletrabalho, deverão ser organizados horários desfasados, garantindo intervalos mínimos de 30 minutos a uma hora entre grupos de trabalhadores, e devem ser adotadas medidas que garantam o distanciamento físico e a proteção dos trabalhadores (equipas de trabalho estáveis, alternância de pausas para descanso, utilização de equipamento de proteção individual).

Para efeitos de desfasamento, o empregador pode alterar os horários de trabalho até ao limite máximo de uma hora, devendo tal mudança ser comunicada com cinco dias de antecedência e manter-se estável por períodos mínimos de uma semana.





Por agora, com a renovação do estado de emergência até ao próximo dia 29 de abril, as medidas são mais restritivas, mantendo-se a obrigatoriedade do teletrabalho em todos os locais de trabalho, em todos os concelhos do País, sempre que seja compatível com as funções desempenhadas pelo trabalhador e este disponha de condições para o exercer.

Serviços essenciais

A exceção à regra continua a ser o caso dos trabalhadores de serviços definidos como essenciais (de acordo com a Portaria 25-A/2021), nos quais se inserem os serviços financeiros, bancários e seguros, sempre que excecionalmente mobilizados para a prestação presencial de trabalho, devendo a necessidade de tal mobilização ser fundamentada pela entidade empregadora. Nestes casos, em alternativa ao teletrabalho devem ser adotados horários desfasados.

Transversal a ambos os regimes (aquele que vigora durante o estado de emergência e aquele que vigorará após o estado de emergência e até ao final do ano) é o facto de o trabalhador em teletrabalho manter os mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores, sem redução da retribuição, nos termos previstos no Código de Trabalho ou em instrumento de regulamentação coletiva aplicável, nomeadamente no que se refere ao horário de trabalho, a condições de segurança e saúde no trabalho e, ainda, ao direito a receber o subsídio de refeição.

Convenções coletivas

Mais, os equipamentos de trabalho e de comunicação necessários à prestação em regime de teletrabalho, de acordo com o regime legal em vigor, devem ser disponibilizados pelo empregador, que também deverá suportar o acréscimo de despesas originadas pela prestação de trabalho neste regime (mediante comprovativos a apresentar pelo trabalhador). Neste aspeto, a lei é demasiado vaga e ampla e, por isso, tem sido alvo de interpretações abusivas que têm permitido, até ao momento, à esmagadora maioria das entidades patronais não cumprir esta obrigação, pelo que carece de urgente revisão legal.

O Mais Sindicato, em sede de negociação coletiva, apresentou uma proposta que incluía um novo e extenso capítulo inteiramente dedicado ao teletrabalho, que supria algumas destas questões e imperfeições do atual regime legal, não tendo, contudo, obtido o necessário respaldo dos bancos. Estamos em crer que o tempo se encarregará de ultrapassar estas resistências iniciais e permitirá em breve negociar e aprovar novos instrumentos de regulamentação coletiva onde a questão do teletrabalho seja tratada com a seriedade, rigor e importância que merece e o MAIS estará, como habitualmente, na linha da frente dessas negociações.

**Advogados do Mais Sindicato*

*** Subtítulos da responsabilidade da Redação*

Centro de Férias **já reabriu!**



O Centro de Férias do Mais Sindicato está desde o dia 19 disponível para acolher os sócios, cumprindo todas as normas da Direção-Geral de Saúde. As reservas são limitadas. Marque já

INÊS F. NETO

Cansado do confinamento e desejoso de uns dias ao ar livre aproveitando a primavera? O Centro de Férias do Mais Sindicato é a resposta.

Aproveitando a decisão do Governo de iniciar mais uma fase de desconfinamento a 19 de abril, o Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere,

reabriu as suas portas para receber os sócios.

Os visitantes podem estar descansados quanto à sua saúde, pois todas as normas emanadas pela Direção-Geral da Saúde (DGS) serão cumpridas na íntegra.

Nesse sentido, a lotação é limitada e os espaços comuns interiores estão interditos.

Do mesmo modo, as refeições individuais, incluindo o pequeno-almoço, serão fornecidas através de room service, podendo ser tomadas nas varandas dos quartos ou em piquenique nas áreas exteriores.

Tudo está preparado para recebê-lo. Basta marcar já a sua reserva e aproveitar uns dias de descanso... desconfinado. ▶

Vantagens aos sócios

O Sindicato acaba de celebrar vários protocolos que garantem aos associados e seus familiares, e beneficiários do SAMS, condições mais favoráveis:



Campo Jovem, Ritmos Fortes Unipessoal Lda., com sede em Tomar, na Rua Principal dos Ganados – Quinta Ganados Casais concede condições vantajosas na inscrição nas colónias de férias

em regime de campo fechado. 225€ (turno de 7 dias); 425€ (turno de 14 dias).



Turim Hotéis, com sede em Lisboa, na Rua do Comércio n.º 9, concede desconto de 15% sobre a melhor tarifa disponível.

Classificados

Diversos

Vendo Terreno com vinha e oliveiras, nos Murtinhais - Rua Salgueiro Maia, em S. Vicente do Paúl, concelho de Santarém. Área cadastral de 11.560 m², arrendado até 2022, inclusive. Livre de encargos.
Contacto: 96 504 77 66

Vendo Terreno com 20.000 m². Tem casa reconstruída e pronta a habitar, com possibilidade de construção de mais 450 m². Acesso asfaltado.
Valor - 200.000,00€.
Contacto: 918 334 521



Joaquim Quiroga

é o novo diretor adjunto do

ELSA ANDRADE

Assumindo o cargo como um desafio de grande responsabilidade, o cirurgião pretende reestruturar o Serviço, modernizar a forma de agir e, sobretudo, investir em novas áreas de atuação. A departamentação da cirurgia oncológica é uma das suas prioridades

Aos 50 anos e 11 como cirurgião geral no SAMS, Joaquim Quiroga assume a Direção do Departamento de Cirurgia. Numa entrevista realizada por email devido à situação pandémica, o médico revela os seus objetivos a curto e médio prazo.

P – Como se sente ao assumir o cargo de coordenador?
R – Ser Diretor Adjunto do Departamento de Cirurgia foi um repto lançado pelo Conselho de Gerência, que



Departamento de Cirurgia

depositou em mim essa confiança. Sinto-me confortável, embora constitua um desafio de grande responsabilidade, em que todos os dias temos de tomar decisões importantes, não só na cirurgia geral como no resto das especialidades cirúrgicas.

P – É crítico quanto à forma como o Departamento de Cirurgia tem funcionado?

R - Não, não sou crítico. Tenho pontos de vista diferentes,

mas sempre respeitei as opiniões de todos os que me antecederam, ainda que por vezes tivéssemos perspetivas diferentes, que sempre tive o cuidado de manifestar.

P – Considera necessária uma reestruturação ou uma rotura com a metodologia anterior?

R – É importante reestruturar o Serviço, modernizar o *modus operandi* e, sobretudo, investir em novas áreas de atuação. Acho importantíssimo a departamentação da cirurgia 



oncológica, dado termos muitos doentes com esta patologia e quero que sejam tratados da melhor forma e sempre por equipas altamente diferenciadas.

Via verde oncológica

P – Essa é a sua prioridade?

R – Neste momento é a departamentação por áreas de atuação. Não faz sentido que um cirurgião com diferenciação em patologia oncológica de uma área opere patologia oncológica de outra área duas vezes por ano. Por isso, neste momento estamos a criar as equipas com dedicação preferencial a determinadas áreas. Temos em vista a criação da “via verde” de doentes oncológicos, querendo agilizar o processo desde o momento do diagnóstico até ao estadiamento, à decisão em consulta multidisciplinar e ao tratamento propriamente dito.

P – Com os atuais recursos é possível uma maior rentabilização?

R – Acho que sim. É possível melhorando a coordenação e organização a todos os níveis, desde as consultas até aos exames complementares de diagnóstico, passando pelas cirurgias e a maior rentabilização dos tempos operatórios.

P – O Serviço necessita de mais meios do que os atuais?

R – O Serviço está perfeitamente equipado, temos tudo o que necessitamos. No entanto, e atendendo às novas tecnologias, acho que seria importante investir em cirurgia radio guiada, e, neste momento, sendo uma nova tecnologia, estão a avaliar-se quais seriam os melhores equipamentos.

Aumentar a atividade

P – Quantos profissionais asseguram o funcionamento do Serviço?

R – Neste momento, o Serviço de Cirurgia Geral é assegurado por nove cirurgiões com vínculos diferentes; mas se nos referirmos a todo o Departamento de Cirurgia, falaríamos de mais de 100 cirurgiões das diferentes especialidades.

P – Qual a média anual de cirurgias realizadas?

R – É de cerca de oito mil.

P – Esse número poderá aumentar com a alteração do Serviço ou não há necessidade? Ou seja, responde em tempo útil às situações apresentadas para cirurgia?

R – Sim, pode aumentar. De facto, a reestruturação do Serviço e a abertura de mais duas salas irão permitir o aumento da atividade cirúrgica. No entanto, respondemos sempre a tempo e horas às solicitações. Podemos ter, por vezes, alguma espera, mas esta é mínima.

Atraso recuperado

P – As cirurgias programadas estiveram interrompidas devido à situação pandémica. Já foi recuperado o atraso?

R – Já. Ainda que no ano passado tivéssemos uma queda, neste momento estamos a recuperar e os números do mês de março são francamente prometedores.

P – Então o Serviço está a funcionar com total normalidade?

R – Está a funcionar dentro do possível devido à pandemia, mas a trabalhar com total normalidade dado ser um Hospital não-Covid.

P – Há algum tipo de cirurgia que não seja realizado no SAMS e que pretenda introduzir?

R – Não. No SAMS realizamos todas as cirurgias, desde cirurgia cardíaca, torácica, neurocirurgia...

Melhorar a performance

P – Quais os planos para o Serviço a médio e longo prazo?

R – Os meus planos consistem em melhorar a nossa performance, de modo a aumentar a confiança e qualidade de tratamento dos nossos doentes.

P – Considera que tem o apoio e os recursos necessários para concretizar o seu objetivo?

R – Sim. De momento tenho todo o apoio, tanto do ponto de vista profissional como da Direção Clínica, assim como do Conselho de Gerência. Sinto-me realmente apoiado. ▶

Manuel Barbosa



As ALERGIAS
podem ser tratadas

“Atualmente temos conhecimentos e capacidade para tratar a grande maioria das manifestações das doenças alérgicas”, garante Manuel Barbosa, coordenador da Unidade de Imunoalergologia do SAMS. Fármacos, vacinas, terapêuticas biológicas são “armas” eficazes contra as alergias que afetam milhares de pessoas. Não há razão para continuar a sofrer

ELSA ANDRADE



P – Primavera é época de alergias. Deve-se apenas à reação ao pólen no ar e às gramíneas ou há outras causas?

R – As gramíneas são, de facto, a causa mais frequente das queixas de “alergia” na primavera. Mas há mais pólenes eventualmente responsáveis pela sintomatologia, nomeadamente da Parietária, da Oliveira, da Urtiga, da Azinheira e outros. Existe disponível na net a previsão polínica que pode ser consultada no site da SPAIC [Sociedade Portuguesa de Alergologia e Imunologia Clínica].

P – Há forma de atenuar o transtorno de quem sofre desse tipo de alergia?

R – Existem várias estratégias para a prevenção e controle dos sintomas. Podemos fazer terapêutica farmacológica no período das queixas, estratégias de proteção à exposição e, em muitos casos, é possível mudar a história natural da doença com o uso de vacinas “antialérgicas”

de elevada eficácia e segurança. É fundamental que os doentes sejam orientados por um imunoalergologista para o tratamento e prevenção da doença.

P – Há muitos casos destes entre o universo bancário?

R – O universo bancário não é diferente da população em geral.

P – E afeta todas as faixas etárias ou tem predominância em alguma delas?

R – Pode afetar todas as faixas etárias, embora as queixas sejam menos frequentes em adultos idosos.

Terapêutica

R – Quais os tipos de alergias mais frequentes?

R – As manifestações alérgicas mais frequentes são a rinite e a asma. As alergias alimentares e a medicamentos têm um aumento da prevalência importante e significativo. Mais raramente, mas com elevada morbidade e até

mortalidade, temos a alergia a himenópteros (picadas de abelha e vespa). É importante salientar ainda as patologias cutâneas de origem alérgica, quer na criança (eczema), quer no adulto (eczema, urticária crónica).

P – Que terapêutica é prescrita mais frequentemente?

R – A terapêutica mais importante é a utilização de vacinas antialérgicas prescritas pelo especialista em Imunoalergologia. No período sazonal das queixas, os fármacos mais utilizados são os corticóides inalados e os anti-histamínicos, que são fármacos seguros e eficazes.

P – É possível a alergia desaparecer após alguns anos?

R – A alergia pode ser controlada com terapêutica e as queixas podem oscilar em frequência e gravidade ao longo do tempo, dependendo de vários fatores, nomeadamente ambientais e da adesão à terapêutica.

Testes

P – O SAMS desenvolve testes de alergias para pessoas com sintomatologia. Qual o objetivo?

R – Atualmente a Imunoalergologia do SAMS realiza todos os testes necessários para a avaliação da maioria dos casos de patologia alérgica. Os testes têm objetivo diagnóstico e a sua execução e avaliação permitem a definição da estratégia terapêutica para cada caso individual.

P – O SAMS acompanha muitos doentes?

R – A Imunoalergologia do SAMS tem um movimento significativo, com milhares de doentes tratados e acompanhados regularmente, e tem capacidade instalada para a realização de todas as provas de diagnóstico necessárias para uma boa prática da especialidade.

P – E nos casos em que a sintomatologia permanece mas os testes não indicam a causa, o que é possível fazer?

R – Os testes de diagnóstico, quer *in vivo* quer laboratoriais, são sensíveis e específicos, mas há quadros clínicos que têm um tipo de inflamação crónica dependente de mecanismos que não são detetáveis por estes métodos. No entanto, as terapêuticas de que dispomos atualmente permitem controlar quase todos os doentes de forma a terem uma vida pessoal e profissional normal e sem limitações.

Aumento exponencial

P – Verifica-se realmente um incremento do número e do tipo de alergias?

R – Desde há 40 anos que há um aumento exponencial dos casos de doença alérgica em todas as suas manifestações clínicas sem que haja uma explicação clara para este aumento. Provavelmente deve-se a uma conjugação de fatores, quer ambientais quer biológicos, bem como a uma melhoria clara das metodologias diagnósticas, conhecimento científico na Imunologia e a uma formação médica pré e pós-graduada mais efetiva e generalizada. A população também tem mais literacia em saúde, mais acesso à informação e aos cuidados de saúde.



P – Há tratamento para a maioria dos casos?

R – Atualmente temos conhecimentos e capacidade para tratar a grande maioria das manifestações das doenças alérgicas. Há fármacos muito eficazes e seguros, melhoria importante nas vacinas que permitem mudar a história natural da doença e, ainda, terapêuticas biológicas de elevada eficácia (com elevados custos!) para as situações de maior gravidade e de difícil controlo. 

Serviço de Imunoalergologia é fundamental



P – Qual a importância de um Serviço de Imunoalergologia?

R – Um Serviço de Imunoalergologia é fundamental numa unidade de saúde com as características do SAMS. É uma patologia frequente, quer na população pediátrica,

“

Um Serviço de Imunoalergologia é fundamental numa unidade de saúde com as características do SAMS. É uma patologia frequente, quer na população pediátrica, quer nos adultos. Há técnicas diagnósticas e terapêuticas específicas e sensíveis que são essenciais para o diagnóstico e controle das manifestações clínicas.

”

quer nos adultos. Há técnicas diagnósticas e terapêuticas específicas e sensíveis que são essenciais para o diagnóstico e controle das manifestações clínicas. Se pensarmos na alergia respiratória, em particular na asma, sabemos que existem cerca de um milhão de asmáticos na população portuguesa, e que a rinite tem, na população pediátrica, uma prevalência de 35%. Acresce que tem havido um aumento significativo das manifestações clínicas de alergia alimentar (não exclusiva das idades pediátricas) e de alergia a medicamentos, que devem ser seguidos na Imunoalergologia.

P – Há muito movimento no Serviço do SAMS?

R – A Imunoalergologia é uma especialidade de ambulatório e, atualmente, a Unidade tem uma atividade muita significativa quer nas consultas, quer nas unidades de técnicas. As agendas dos médicos estão, habitualmente, muito preenchidas, em todos os dias da semana. Procuramos não ter uma lista de espera significativa e temos oferta razoável fora do Centro Clínico, nomeadamente na Amadora, em Almada e na Parede. ▶



Covid-19: uma história bicéfala no setor dos serviços

Ao contrário da crise de 2008, em que o peso do desemprego recaiu maioritariamente sobre os empregos ocupados pelos homens, a herança provocada pela pandemia afeta sobretudo as mulheres trabalhadoras com baixos salários. Os casos mais graves registam-se no setor dos serviços, com especial incidência nos postos de trabalho que implicam contacto presencial e onde o teletrabalho não pode ser realizado.

Uma história com dois finais diferentes, como escreve John Hurley* neste artigo que a Mais Bancário republica

A queda do emprego devido à covid-19 tem sido uma história com dois tipos de setores de serviços. Os trabalhadores de escritório mantiveram em grande parte os seus empregos e rendimento enquanto participavam na enorme e aparentemente bem-sucedida experiência social *ad hoc* de trabalhar em casa. Os prestadores de serviços que lidam com clientes têm suportado o impacto dos confinamentos e da queda acentuada da procura por serviços presenciais de restaurantes, hotéis, lazer e artes. O resultado é que, ao contrário da 'recessão masculina' após a crise financeira global, os primeiros impactos da pandemia caíram desproporcionalmente sobre as mulheres trabalhadoras mal remuneradas. Mas para vermos isso nas estatísticas, precisamos ir além da taxa de desemprego.

Dados enganadores**

É agora um lugar-comum o desemprego ter aumentado apenas de forma modesta na União Europeia desde o início da pandemia. A taxa da Europa dos 27 é de 7,5%, quase um ponto percentual mais alta do que a mínima registada na pré-crise. Em alguns Estados-membros, nomeadamente na Itália, o desemprego diminuiu de forma acentuada no

segundo trimestre (Q2) de 2020, mesmo com o pico de mortalidade relacionada com o coronavírus.

Mas não devemos ficar tranquilos com os principais dados do mercado de trabalho. A taxa de desemprego, indicador habitual da saúde do mercado de trabalho, tem sido particularmente inadequado para calibrar o efeito da pandemia sobre o emprego dos trabalhadores europeus. Uma proporção maior de trabalhadores passou mais à inatividade do que ao desemprego, saindo do mercado de trabalho – e, portanto, das estatísticas do desemprego. Muitos trabalhadores que beneficiaram de layoff temporário e regimes de trabalho de curta duração devido ao encerramento de empresas permanecem oficialmente empregados, mas não trabalharam durante grande parte do ano passado. Eles também permanecem em maior risco de desemprego quando a vida normal for retomada, pois nem todos os empregadores estarão em condições de reabrir as suas empresas. E mesmo para os que continuaram a trabalhar desde março de 2020, o horário médio de trabalho diminuiu em linha com o inevitável arrefecimento da atividade económica provocada pelos confinamentos.

Setores mais afetados pela crise

	Q2 2019 – Q2 2020	Q2 2019 – Q2 2020	Q2 2020
	Mudança de pessoal (%)	Mudança no horário de trabalho (horas por semana)	Trabalhadores dispensados (%)
Alojamento	-22,9	-5,4	50,9
Atividades alimentares e de bebidas	-17,9	-2,9	47,4
Apostas e jogos de azar	-10,5	-1,3	49,3
Atividades desportivas e de lazer	-5,4	-2,2	42,6
Transporte aéreo	-9,3	-6,8	44,8
Agências de viagem e operadores turísticos...	-19,9	-7,2	39,5
Outras atividades de serviço pessoal	6,6	-1,7	35,3
Indústria de couro e relacionados	-9,2	-0,7	31,3
Atividades de entretenimento e artes	-7,0	-3,6	34,4
Indústria têxtil	-1,3	-2,3	24,8

Setores menos afetados pela crise

Telecomunicações	20,6	-0,5	4,4
Programação e consultadoria informática	18,5	-0,4	1,1
Seguros e fundos de pensões	17,5	-0,8	2,8
Indústria farmacêutica básica	15,1	-0,2	2,3
Atividades de programação e radiodifusão	12,5	-1,3	3,7
Serviços de informação	11,7	0,1	1,1

Todos os setores	-2,4	-0,9	17,0
------------------	------	------	------

Fonte: EU-LFS (cálculo do autor com base na extração de dados trimestrais fornecida pelo Eurostat)



Imagem mais real

Que dados devemos então usar para obter uma imagem mais verdadeira? A Eurofound analisou em detalhe três medidas nos dados trimestrais do Inquérito à mão-de-obra na União Europeia (UE):

- o declínio no número de funcionários;
- a proporção de funcionários que indica não ter trabalhado nenhuma hora na semana de referência no segundo trimestre de 2020;
- a diminuição do horário médio semanal de trabalho dos que indicaram ter trabalhado.

De acordo com a primeira medida, constatamos que o emprego na Europa dos 27 era cerca de 6 milhões mais baixo (pouco mais de 3%) no segundo trimestre de 2020 do que seria previsto com base na tendência de crescimento. Na primeira vaga da pandemia – apenas um quarto – à medida que muitos empregos foram eliminados tal como a crise financeira global fez por mais de dois anos.

A segunda e a terceira medem as mudanças na margem intensiva – os dados laborais dos que permanecem empregados. A segunda medida é uma representação dos trabalhadores dispensados temporariamente – aqueles cujos empregos foram ‘congelados’ como resultado dos confinamentos e onde o Estado interveio para providenciar rendimento através de subsídios de desemprego na pandemia, layoffs ou esquemas de trabalho de curta duração. E é aqui que são revelados os impactos mais dramáticos da crise durante a primeira vaga de covid-19.

A proporção habitual de trabalhadores da UE que não trabalharam em nenhuma semana do segundo trimestre de 2019 – devido a licença, doença, entre outros – foi de cerca de 7%. Este valor mais que duplicou para 17% durante o segundo trimestre de 2020: um em cada seis trabalhadores não trabalhou nesse segundo trimestre. Os que estavam a trabalhar faziam-no em média menos uma hora por semana. Os impactos específicos destas deficiências no setor foram distribuídos de forma muito desigual, como ilustra a tabela.

Setores afetados

O alojamento, que inclui os hotéis e similares, foi o mais afetado pela queda do trabalho durante a crise: o emprego contraiu no setor quase um quarto nos 12 meses até ao segundo trimestre de 2020. Pouco mais de metade dos trabalhadores restantes foram dispensados numa determinada semana durante o trimestre, e os que continuaram a trabalhar fizeram-no em média 5,4 horas a menos do que o normal. Juntos, esses dados implicam uma redução de cerca de dois terços nas horas de trabalho remunerado.

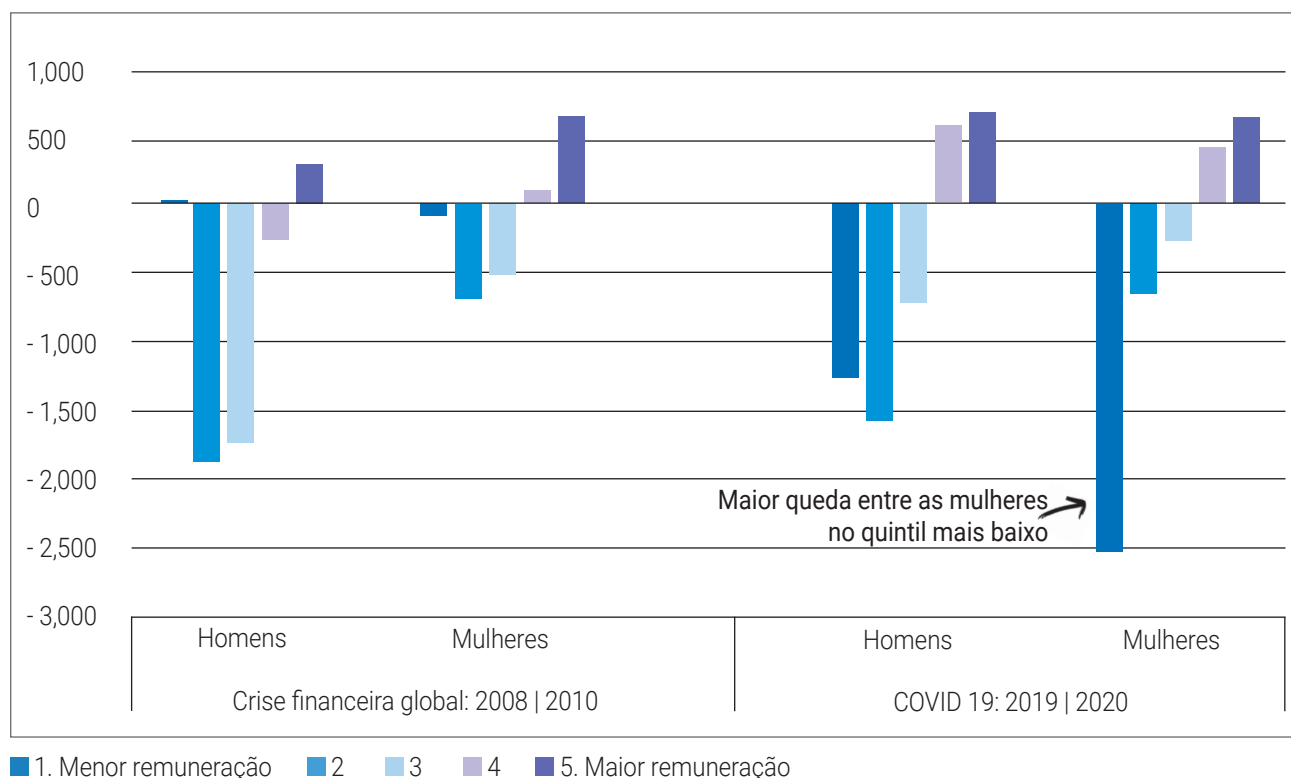
De forma mais ampla, a hospedagem, viagens e atividades desportivas ou de lazer – todas fortemente dependentes da proximidade física – sofreram as maiores contrações nos horários de trabalho e no emprego.

E embora o fator mais importante nessa contração geral tenha sido a dispensa de trabalhadores, a perda de empregos foi claramente importante nos alojamentos, alimentos e bebidas e agências de viagens. Nesses setores, o amplo recurso à dispensa temporária pode ter salvado alguns empregos vulneráveis, mas não todos – cerca de um em cada cinco empregos desapareceu entre o segundo trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020. Os setores de serviços mais baseados no conhecimento foram, no entanto, menos afetados pela pandemia do que os setores “pessoa-a-pessoa”. Houve uma expansão robusta do quadro de funcionários e menos recurso a dispensas temporárias nas telecomunicações, programação e consultoria informática, radiodifusão e serviços de informação. A resiliência do emprego foi apoiada pelo “teletrabalho” em muitos destes setores.

Cenários distintos

A crise financeira global de 2008-10 oferece uma comparação interessante. Também aí, o trabalho bem remunerado foi comparativamente protegido dos piores efeitos da recessão: o emprego continuou a crescer nos trabalhos que constituem os 20% mais bem pagos do mercado laboral com, em ambos os períodos, mais de um

Comparação entre a crise financeira global e a primeira fase da crise covid-19: mudanças de emprego, por género e quintil emprego-salário (milhares)



Dados do segundo trimestre dos anos indicados. Os empregos são definidos como ocupações em setores e classificados pelo salário médio por hora. Fonte: EU-LFS, Structure of Earnings Survey (cálculos do autor)

milhão de novos empregos líquidos criados (ver gráfico). As perdas líquidas de emprego têm-se mostrado, no entanto, bastante distintas. Durante a crise financeira global, as perdas mais acentuadas ocorreram no meio da distribuição emprego-salário, com os empregos mais mal pagos relativamente inalterados. Mas durante a pandemia, as quedas de empregos foram mais acentuadas nos empregos de baixa remuneração. Os diferentes impactos setoriais das duas crises ajudam a explicar isto. A crise financeira global afetou em primeiro lugar a indústria e a construção – setores de salário médio dominados por homens. Como vimos, a pandemia afetou principalmente os setores de serviços que envolvem grande contato social, muitos dos quais empregam mais mulheres do que homens e onde a remuneração média tende a ser baixa. Isso está refletido no painel direito, na forte contração do emprego feminino no último quintil.

Perdas no feminino

Resumindo, enquanto a crise financeira global desencadeou uma ‘recessão masculina’, com a perda de dois empregos masculinos por cada mulher, a crise da covid-19 foi mais equilibrada na perda de empregos em termos de género – mas isso foi sentido de forma mais

acentuada pelas mulheres que trabalham em setores de serviços de baixa remuneração. Os trabalhadores de serviços com salários mais altos saíram-se muito melhor em todos os resultados do mercado de trabalho. A proteção do teletrabalho tem sido uma dimensão importante desta resiliência, mas o acesso a esta proteção depende muito da tarefa. O trabalho baseado no conhecimento e voltado para o computador pode ser transferido para casa, mas muitos serviços pessoais ainda são difíceis de realizar à distância ou de forma virtual. Uma divisão que se acentuou durante a crise – mas que provavelmente persistirá além dela – é aquela entre os ‘remotos’, cujo trabalho se presta ao teletrabalho, e os restantes, incluindo muitos ‘essenciais’, para quem o teletrabalho não é, em grande parte, uma opção. ■

*John Hurley é investigador sénior na unidade de empregos da Eurofound, onde é autor ou coautor de mais de 20 relatórios. Os seus principais interesses de investigação são na análise comparativa do mercado de trabalho, na reestruturação e nas mudanças no mundo laboral.

** Subtítulo da responsabilidade da redação

Artigo original consultável em <https://www.socialeurope.eu/covid-19-a-tale-of-two-service-sectors>

A imaginação é o limite



Aproximava-se o Natal de 1971 e nas salas de convívio do Regimento de Infantaria 1 - Amadora jogava-se às cartas ("lerpa") até altas horas da noite, com forte presença de militares mobilizados para a guerra em África, apostando os abonos recebidos antes da partida. Outros, optavam por gozarem as últimas horas em companhia feminina nos bares do Bairro Alto, em Lisboa. Regressavam ao quartel muito alegres, nunca lamentando o que perdiam na batota ou o que esbanjavam em bebidas e mulheres. "Não sabiam se regressavam" diziam, e o pacote Vera Cruz já os aguardava no cais da Rocha Conde de Óbidos. Naquele Regimento estavam colocados dezenas de sargentos (militares de profissão) e cerca de uma dezena de furriéis milicianos (serviço militar obrigatório), sendo que o ambiente entre eles não primava pela camaradagem. Na época do Natal faziam-se as chamadas "vaquinhas" para a

compra de lotaria em grupo e os sargentos assim fizeram, proibindo a entrada de furriéis.

Estes, por sugestão do furriel Ferreira, tomaram iniciativa semelhante, tendo quase todos aderido com o compromisso de entrega de 20\$00 (vinte escudos) cada.

Como era costume, Ferreira e o seu amigo furriel enfermeiro Saraiva foram tomar a "bica" ao café O Bigode do Meu Tio, na Venda Nova, onde surgiu a oportunidade de comprar a quantidade de cautelas previstas. Face ao preço pedido pelo cauteleiro, compraram apenas uma, das diversas que tinha, com o n.º 1.063, aguardando melhor preço para adquirir as restantes.

Com o Natal a aproximar-se, o quartel despovoava-se com a saída de militares: uns tristes e apreensivos, para bem longe da pátria; outros, alegres e apressados, para a província, desfrutando da consoada com a família. Alheios a estes sentimentos, os dois milicianos saíram, em carro emprestado, para o Bairro Alto respondendo a convite de almoço para aquele dia, 23 de dezembro. Já no Largo de S. Roque, agora denominado Largo do Cauteleiro (local de concentração de cauteleiros nos dias em que "andava a roda"), estavam exasperados por um elétrico, na paragem do centro da praça, retardar a marcha devido ao aglomerado de pessoas saídas do edifício da Santa Casa da Misericórdia.

Eis senão quando Ferreira deu um abanão no seu camarada e, apontando para a montra do edifício da Santa Casa onde afixavam os números extraídos da lotaria, gritou: "nós temos uma cautela com aquele número"! Abandonando o carro onde estavam, saíram de imediato para confirmarem se o número 1.063 correspondia de facto ao primeiro prémio da Lotaria do Natal.

Os associados do Mais Sindicato têm nesta página oportunidade de publicar poemas, pequenos contos e desenhos da sua autoria. A seleção das obras enviadas rege-se por critérios editoriais.

Todos os olhares se concentraram nos dois jovens militares que, aos pulos e abraços, davam largas à sua alegria! Do almoço, não mais se lembraram!

Rapidamente foram e regressaram do quartel na posse da cautela premiada, levantando os 600 contos que lhe correspondiam. De novo, foi o rebuliço na sala e na rua com a exibição dos maços de notas. Entretanto, ao quartel iam chegando camaradas que, com redobrada alegria, queriam partilhar o momento, já difundido na rádio. Foi com sarcasmo que registaram a presença de alguns sargentos, dramaticamente induzidos em erro.

Com nove envelopes, contendo cada um 67 notas de 1.000 escudos (preço na época de carro novo), Ferreira e Saraiva foram recebidos em completa euforia. Feita a distribuição, o furriel Ideias nada recebeu, pelo que, com algum embaraço, interpelou o seu amigo Ferreira. Este lembrou que, apesar das solicitações, ele não lhe tinha entregue os 20\$00 da inscrição. Em desespero, Ideias reagiu de forma agressiva, sendo contido e criticado pelos restantes militares.

Interveio o furriel Ferreira que, para espanto de todos e dirigindo-se ao exaltado companheiro, exibiu um envelope, clamando: "só te dou este envelope quando me deres 20\$00!".

Perante surpresa geral, Ideias correu para ele e, não podendo conter as lágrimas, balbuciava, abraçando-o: "Desculpa! Eu sabia! Eu sabia que és um grande amigo!".

Chegava a noite de 23 de dezembro de 1971 e os furriéis milicianos tinham "dispensa de recolher". Foi a debandada para as "boites" de Lisboa num dia e noite que não esqueceram!

José Manuel Alves Ferreira
Sócio nº 10.402

Pela Tangente

Partindo da letra A, e percorrendo o tabuleiro sempre pelas tangentes e sem as repetir, encontrará um provérbio.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Autores & Terras

Com as coordenadas dadas, ligue cada autor à sua terra natal.

	AUTORES	TERRA NATAL	
1	Al Berto	Ançã	A
2	Alçada Baptista	Alvega	B
3	António Botto	Carcavelos	C
4	António Gedeão	Coimbra	D
5	Arnaldo Gama	Covilhã	E
6	Helena Marques	Évora	F
7	Jaime Cortesão	Golegã	G
8	José Cutileiro	Lisboa	H
9	José Saramago	Loulé	I
10	Lídia Jorge	Moura	J
11	Maria Lamas	Portimão	L
12	Mário Zambujal	Porto	M
13	Nuno Júdice	Torres Novas	N

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Palavras-cruzadas

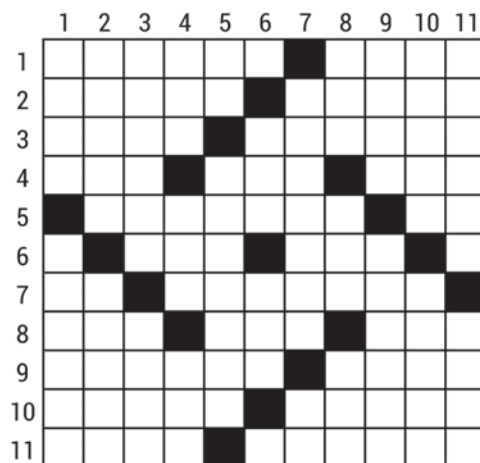
Problema 421

HORIZONTAIS:

1 – Mosteiro governado por um abade. Pouco densa. 2 – Obras teatrais ou musicais. Fazer girar. 3 – Aroma. Antigo vestuário de abas grandes. 4 – Grande quantidade [pop.]. Nome vulgar do óxido de cálcio (cal viva). Achava graça a. 5 – Tiraras com violência. Meu [arc.]. 6 – Grande brilho. Dá à luz. 7 – Aragem. Atenuar. 8 – Ril. Continuar. Lírio.

9 – Eficiente. O que é recente. 10 – Estimados. Dinheiro [fig.]. 11 – Título dos descendentes de Mafoma (Maomé). Homem estúpido [pop.].

VERTICAIS: 1 – Pôr junto. É provável. 2 – Generosos. Sorteiam. 3 – Suscita grande desejo em. Ave trepadora, brasileira, do grupo dos papagaios. 4 – Ministar. Preposição que designa companhia. Rubor das faces. 5 – Ides. Soberanos temporais e espirituais da comunidade muçulmana. 6 – Semelhante. Fruto da nogueira. 7 – Que relata ou narra. Imperfeita. 8 – Lista. Criatura. E não. 9 – Impulso. Mala pequena. 10 – Coisa difícil de entender [fig.]. Adversário. 11 – Praias. Chão.



A sortear: PRÉMIO MAIS

Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

"A vida é uma navegação difícil sem uma boa bússola"

José Luis Sampedro (1917-2013), escritor, humanista e economista espanhol

Danças em U

São 23 nomes de danças abaixo indicados que estão no quadro, dispostos em **U** (e.g. **CZARDAS**, já incluso). Uns estão mais abertos, outros nem tanto. Uma letra poderá ser comum a dois nomes. Terminada a dança, resta uma citação de Ovídio (43 a. C.-17 d. C.), poeta da Antiga Roma, que deverá indicar.

■ BAILADA, BOLERO, CHARAMBA, CIRANDA, FOFA, FURLANA, GALHARDA, HABANERA, JIGA, MALHÃO, MAZURCA, MINUETE, PAVANA, RABELA, RAMALDEIRA, ROMAICA, SAMBA, SARAPICO, SASSARICO, TIROLESA, VAREIRA, VIRA.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

2				7				8
	5		6		2		3	
		1				2		
	6						5	
3								6
	2						9	
		5				3		
	8		5		1		4	
6				8				7

	5		9		7		2	
8		9				3		5
	6						9	
5			6		3			4
1			7		5			9
	4						6	
3		1				9		8
	8		4		2		3	

			9					
8	9	4		2		3	1	6
	6				1		4	
		3						5
	4						8	
2						1		
	3		4				9	
5	1	2		7		6	3	4
					5			

		5				6		
	2		6		3		9	
6				2				3
	1		7		4		8	
		4				9		
	3		2		5		6	
8				1				5
	6		4		7		3	
		9				4		

	1			7			6	
	5						7	
8		4				9		1
			2		7			
9		1		5		4		7
			3		4			
7		3				5		2
	6						3	
	4			2			9	

					1		9
9	7			3			5
		4		5		7	
7			3		2		
	3	6				9	7
			6		8		3
		8		4		1	
	6			2			8
	2		1				

(expressão corrente)



D



4 L

5 L

2 L

6 L

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1	B	I	L	H	A	R	D	E	I	R	A
2	R	O	I		R	E	I			D	A
3	I	D	E	M		I		G	O	F	O
4	S	E	M		A	N	A		S	O	M
5	A			F	L	A	M	E			A
6	A	R	E		R	S		S	O	L	
7	A	F	E	R	I		A	P	U	A	M
8	M	I		V	A	R	R	E		T	A
9	P	O		U	O	R				A	N
10	L	C	R	O	C	E	A	S		T	
11	A	S	S	A	L	A	R	I	A	D	A

Criptograma: “A (O) mal menos mau”. Premiado: Afonso José Moreira Ramalho (Estremoz).

Sinónimos & Antónimos: 1-F/X; 2-J/U; 3-A/P; 4-D/T; 5-C/N; 6-B/V; 7-I/R; 8-G/Z; 9-M/Q; 10-H/O; 11-L/S; 12-E/Y. Premiado: José Jorge Durand Pires (Sintra).

Letra Dupla: PILRETE [1 – Pobre / Pompa. 2 – Livro / Civil. 3 – Selva / Lilás. 4 – Alvor / Serra. 5 – Certo / Reles. 6 – Temor / Atito. 7 – Forte / Leves].
Premiado: Maria do Céu Correia (Corroios).

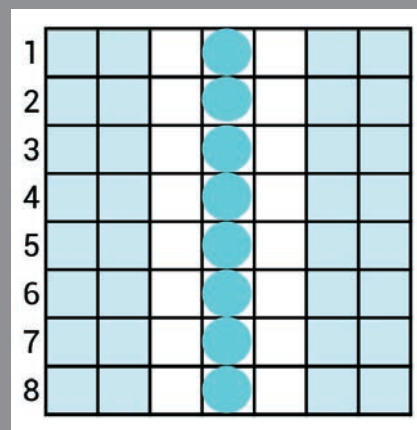
Enigma Figurado: “Ter dente de coelho” (Ser de resolução fácil). Premiado: António Maria Reis de Noronha (Paco de Arcos).

Nomes & Profissões: 1 – Enfermeira. 2 – Radiologista. 3 – Farmacêutica. 4 – Meteorologista. 5 – Marceneiro. 6 – Serralheiro. 7 – Jardineiro.

8 – Carpinteiro. 9 – Telegrafista. 10 – Cabeleireira. Premiado: Júlio António Damásio (Setúbal).

Prazo para respostas: 31. maio . 2021

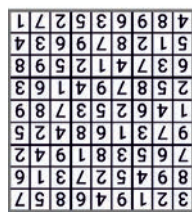
Enunciado: 1 – Termina. Grande número de golos sofridos num jogo [coloq.]. 2 – Queimar. Pessoa impertinente [coloq.]. 3 – Unidade monetária do Reino Unido. Carvão incandescente, sem chama. 4 – Porção que se bebe de uma só vez. Hoje em dia. 5 – Tempo livre. Unha [fig.]. 6 – Cabelreira abundante [fig.]. Congénito. 7 – Variedade de laranja. Acanhado [fig.]. 8 – Parelhas. Sobre.



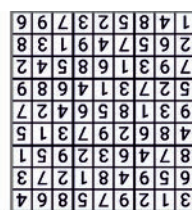
A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

9	4	5	8	3	7	6	1	2	9	4
9	7	2	8	3	4	6	5	1		
6	1	4	2	5	9	7	3	8		
7	5	1	3	9	2	8	4	6	5	1
3	8	6	4	1	5	9	7	2		
2	4	9	6	7	8	5	1	3		
3	9	8	5	4	6	1	2	7		
1	6	7	9	2	3	4	8	5		
4	2	5	1	8	7	3	6	9		

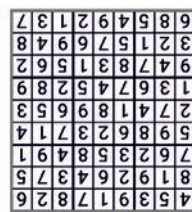
349 Dittici



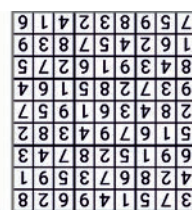
Dificil 348



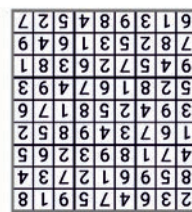
349 Medio



348 Medio



-aci| 349



-accil 348



SAMS



teleconsultapediátrica
URGÊNCIA



De segunda a sexta das 8 às 20 horas

213 811 555

Serviço exclusivo para beneficiários